Breve reflexão sobre mulheres cientistas, e nossa representatividade na Sociedade Brasileira de Herpetologia

Ana Carolina Carnaval*

* *City College of CUNY e CUNY Graduate Center, New York 10031. Email: carolinacarnaval@gmail.com. Twitter: @ana_bosslady*

Eu havia acabado de ingressar no meu curso de doutorado nos Estados Unidos quando ouvi a expressão "mulheres na ciência" pela primeira vez. Conversando com a coordenadora da pós-graduação, eu expliquei que gostaria de participar do Congresso Latino-Americano de Herpetologia em Montevidéu, mas não tinha meios. Foi ela que me informou sobre uma competição interna, um *Women in Science Travel Award,* e que me possibilitou embarcar para o Uruguai poucos meses depois.

Na ocasião, não entendi por que razão as alunas tinham acesso a esse recurso exclusivo. Todos os estudantes deveriam merecer a mesma chance. De uma certa maneira aquele programa de bolsas para alunas me pareceu um pouco injusto com os homens. Foi somente ao longo dos meus anos de doutorado, em meu pós-doutorado, e nos seis anos como professora nos Estados Unidos, que entendi a razão da existência de cursos, programas, e financiamento exclusivos para mulheres. Sua finalidade é apoiar a carreira feminina e elevar o percentual de mulheres em posições de liderança em pesquisa e treinamento. Seu objetivo é aumentar o número de professoras efetivadas para que possam inspirar e ajudar outras jovens cientistas. Por quê? Por que há poucas mulheres nessas posições. Toda iniciativa em favor das mulheres pretende, de alguma forma, compensar a diferença de condições que indiscutivelmente permeia e dificulta a ascensão profissional de um extenso número de cientistas competentes no país.

O motivo é sólido e bem-documentado. Nos Estados Unidos, o número de biólogas ocupando cargos efetivos no mundo acadêmico é significativamente menor que a de seus colegas homens, apesar de não haver diferença em número de doutores entre ambos os sexos. A situação é ainda mais extrema na Europa, onde a proporção de professores efetivos chega a 8:1 (Shen, 2013). Essa diferença naturalmente não resulta de uma diferença na capacidade profissional das mulheres, nem se trata apenas de um legado histórico: as distorções acontecem aqui e agora, a cada etapa de transição profissional – sendo a inserção no mercado de trabalho a fase mais crucial. Dentre todos os candidatos a posições acadêmicas em Ciências Biológicas nos Estados Unidos, apenas 26% são mulheres. Dentre as que enviam seus currículos e assumem funções docentes, a remuneração é em média 77% do que a dos homens que ocupam os mesmos cargos. Elas também têm menos projetos financiados, e recebem, em média, menor apoio financeiro por projeto aprovado (Shen, 2013).

As razões que explicam essa diferença são muitas, nem todas evidentes. Elas incluem desde aspectos culturais presentes na criação de meninos e meninas, até o viés implícito a favor de profissionais do sexo masculino na Academia (Conley e Stadmark, 2012). Também é sabido que a constituição de uma família afeta diretamente, e diferencialmente, as carreiras de homens e mulheres na ciência norte-americana. A inexistência de uma ampla licença-maternidade (no meu caso, por exemplo, tive apenas três semanas de licença remunerada) e a falta de creches e serviços de babás a preços acessíveis são problemas frequentemente levantados pelas mães cientistas. Homens cujos bebês nascem nos cinco primeiros anos após a conclusão do doutorado têm quase 40% a mais de chance de efetivar-se em cargos docentes do que mulheres nas mesmas condições. Muitas dessas cientistas abandonam a carreira, aceitam posições temporárias, como substitutas, ou em tempo parcial (Mason e Gouden, 2004). A proporção de pós-doutores que desistem de seguir a carreira acadêmica é significativamente maior entre cientistas do sexo feminino. As pesquisas demonstram que a mera intenção de ter filhos, ou o nascimento deles durante ou antes do período de pós-doutorado, reduz grandemente o número de mulheres que prestam concurso para posições acadêmicas (Shen, 2013).

Em grande parte devido às conquistas trabalhistas do Brasil, e à existência de faixas salariais comuns para professores universitários e cientistas de ambos os sexos, passei pelo menos uma década ouvindo que as cientistas brasileiras não tinham razão para se queixar. Mais de uma vez durante meu doutorado e pós-doutorado, ao discutir o tema com colegas no Brasil (inclusive com algumas mulheres), ouvi duras críticas a qualquer movimento de apoio a cientistas mulheres – como se essa iniciativa fosse desmentir ou diminuir o mérito dessas profissionais.

Tenho percebido, porém, uma mudança sutil nas conversas com pesquisadoras brasileiras, principalmente nos três últimos congressos científicos dos quais participei no Brasil. O Congresso Brasileiro de Herpetologia de 2015, em Gramado, foi um desses eventos. Ouvi das alunas elogios à organização pela presença de mulheres entre os conferencistas principais, com quem elas se identificaram e em quem se inspiraram. Ouvi também queixas sobre divisão desigual de tarefas em trabalhos de campo. Ouvi duas cientistas discutindo um caso de assédio, um tema que não recebe ainda a merecida atenção no Brasil. Ouvi questionamentos sobre o machismo na academia brasileira. E ouvi "o que vamos fazer?".

Acho que podemos – melhor, devemos – coletar nossos dados. Qual a situação atual da representatividade de homens e mulheres cientistas no Brasil? Há diferenças no grau de influência, financiamento e oportunidades? O que acontece com

os pós-doutores no país? Como se sentem as mulheres cientistas em seu meio de trabalho? Somente a partir de uma caracterização adequada é que poderemos de fato discutir como mudar as coisas para melhor, assumindo que há espaço para melhorar.

Trata-se de um trabalho complexo. Compilar esses dados é difícil, exige coordenação entre agências de governo, de fomento e instituições de ensino e pesquisa. Mas talvez possamos começar a analisar nossos próprios números dentro da herpetologia brasileira. Foi isso que fiz, de forma muito preliminar, para lançar essa discussão hoje. Com o apoio da Sociedade Brasileira de Herpetologia (SBH), acessei a lista de todos os membros ao término do Congresso de 2015 (último acesso: novembro de 2015). Ainda que ela não corresponda ao número real de herpetólogos ativos, é uma amostra do universo que somos. Também é um retrato estático – já que não descreve como a composição dos membros vem mudando ao longo dos anos. Esse tema ficará para outra ocasião, de preferência por iniciativa da própria Sociedade.

Deixando fora de consideração os membros que não trabalham no país, verifica-se uma proporção superior de homens na SBH (58% contra 42%, num universo de 290). A representação dos diferentes estágios profissionais é uniforme, como mostra uma busca nominal na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (http://memoria.cnpq.br/web/portal-lattes): do total dos membros, 35% são profissionais, 34% estão em cursos de pós-graduação e 31% cursam a graduação. Entre os profissionais, 60% é composto por docentes, e apenas 6% são pós-doutorandos. Os profissionais restantes ocupam posições técnicas, lecionam no ensino fundamental e médio, são veterinários, pesquisadores, consultores, ou exercem função não declarada.

Apesar de surpreender pela a baixa representatividade de pós-doutores (apenas seis membros em 290, isto é, 2% do total), os números recapitulam os padrões observados no exterior. A proporção de mulheres é menor na classe profissional do que nas classes estudantis, e menor ainda quando consideramos apenas docentes. Entre os estudantes de graduação, a proporção de homens e mulheres é de 58% para 42%. Entre os pós-graduandos, o número de alunas é ligeiramente superior, chegando a 46%. Mas no conjunto dos profissionais a representatividade feminina é de apenas 37%, caindo ainda para 31% se consideramos apenas os docentes.

Assumindo que estes números são de certa forma representativos da Herpetologia como um todo, resta saber se a falta de proporção entre homens e mulheres membros decorre de um legado histórico (por exemplo, de um baixo número de herpetólogas formadas no passado recente), e/ou se na herpetologia brasileira também ocorre uma evasão de mulheres após a conclusão dos cursos de doutoramento. Uma análise preliminar (via Google Acadêmico) indica que a primeira publicação das docentes femininas na SBH é em média mais recente que a de seus colegas homens, sugerindo que a atividade profissional das herpetólogas brasileiras tenha se intensificado há menos tempo. Uma comparação entre a distribuição geográfica dos docentes (particularmente dos curadores, cujos dados são mais facilmente recuperados na internet) parece sugerir uma proporção maior de curadores homens, e com mais anos de experiência, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, e relativamente mais mulheres curadoras no Norte e Nordeste. Será importante confirmar essa tendência com uma base de dados nacional e homogênea.

Independentemente do processo, o padrão é claro: a SBH inclui um grande número de alunas de graduação e pós-graduação, e comparativamente menos professoras e orientadoras. Reconhecer essa diferença é relevante para o planejamento das atividades da Sociedade. Iniciativas de implementação relativamente simples podem contribuir para um melhor balanço na representatividade dessas profissionais nos congressos de herpetologia e na Sociedade de modo geral, seja através de um esforço consciente de convidar um número maior de palestrantes do sexo feminino, ou através de auxílio financeiro ou programas de apoio ao desenvolvimento profissional de jovens professoras. Atividades pouco onerosas, tal como a organização de sessões ou mesas-redondas dedicadas ao tema, ou o estabelecimento de programas de orientação profissional, vêm mostrando-se úteis e bem recebidas em outras sociedades científicas. No caso da SBH, atividades que promovam o envolvimento de pós-doutores na Sociedade poderão não apenas contribuir para o crescimento da representatividade dessa classe, mas também trazer novos temas de abordagem, métodos e discussão para o grupo. Tal como a Herpetologia em si, a representatividade de mulheres na ciência brasileira é um assunto extenso, e os dados de difícil coleta. Mas sem dúvida vale o esforço.

AGRADECIMENTOS

A. C. Carnaval agradece o apoio na National Science Foundation (DEB 1343578, 1120487), NASA, e o Programa BIOTA-FAPESP (2013/50297-0).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Conley, D. e J. Stadmark. 2012. Gender matters: A call to commission more women writers. Nature, 488: 590 DOI: 10.1038/488590a.

Mason, M.A. e M. Goulden. 2004. Do Babies Matter (Part II)? Closing the Baby Gap. Academe: Nov-Dez, www.aaup.org/publications/Academe/2004/04nd/04ndmaso.htm.

Shen, H. 2013. Mind the gender gap. *Nature* 495.7439: 22-24.



Phyllopezus pollicaris, Formosa, GO. Foto: Rodrigo Tinoco.